



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVERTON YURI MENDES AGUIAR SILVA

COVID-19: Uma análise do desempenho das empresas estatais não dependentes
do setor de TIC nos períodos pré, durante e pós Pandemia

Brasília, DF
2024

EVERTON YURI MENDES AGUIAR SILVA

COVID-19: Uma análise do desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de TIC nos períodos pré, durante e pós Pandemia

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Brasília, DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

M538c Mendes Aguiar Silva, Everton Yuri.
COVID-19: Uma análise do desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de TIC nos períodos pré, durante e pós Pandemia / Everton Yuri Mendes Aguiar Silva; orientador Danielle Montenegro Salamone Nunes. -- Brasília, 2024.
47 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Indicadores econômico-financeiros. 2. COVID-19. 3. Empresas estatais. 4. Desempenho. I. Montenegro Salamone Nunes, Danielle, orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

EVERTON YURI MENDES AGUIAR SILVA

COVID-19: Uma análise do desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de TIC nos períodos pré, durante e pós Pandemia

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 16/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Danielle Montenegro Salamone Nunes
Orientadora

Prof. Me. Cláudio Moreira Santana
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que tornou possível a realização deste sonho.

À minha mãe, por todo o apoio necessário nessa jornada e pelo constante incentivo aos estudos.

À Aline, por todo o apoio desde o início da graduação, incentivando-me a concluir meus estudos e auxiliando-me nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos Bruno, Daniel e Heloisa, por todos os conselhos e direcionamentos ao longo desta caminhada.

À professora Danielle Montenegro, minha orientadora, que tornou possível a realização deste trabalho. Agradeço pela competência e pelo dom da docência, de que pude usufruir em várias matérias ao longo da graduação.

Aos professores Sérgio Nazaré, Ludmilla de Melo, José Tozetti e Paulo Britto, por terem sido essenciais ao longo desta jornada.

Aos meus supervisores de estágio: Gilmar Fontes (Supremo Tribunal Federal), Ana Paula Azevedo (Tribunal de Contas do Distrito Federal) e Tiago Menezes/Samuel Furtado (SERPRO).

E a todos que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional, meu sincero agradecimento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Liquidez Corrente durante o período em análise.....	23
Gráfico 2 – Liquidez Geral durante o período em análise.....	25
Gráfico 3 – Margem Líquida durante o período em análise.....	28
Gráfico 4 – ROA durante o período em análise.....	30
Gráfico 5 – ROE durante o período em análise.....	32
Gráfico 6 – Participação de Capital de Terceiros (ICT) durante o período em análise.	34
Gráfico 7 – Composição do Endividamento (ICE) durante o período em análise.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de empresas estatais do setor de TIC.....	20
------------------------------------------------------------	----

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos períodos pré, durante e pós pandemia. Através das Demonstrações Contábeis dessas empresas, buscou-se compreender três óticas da realidade econômico-financeira com a utilização de indicadores: Liquidez; Rentabilidade e Endividamento. Os resultados indicam que as empresas que já tinham bons níveis de desempenho antes da pandemia conseguiram fazer um melhor enfrentamento da crise, e em certa medida, observa-se uma melhora nos seus indicadores durante e pós-pandemia. Já em relação a empresa que havia resultados negativos anteriores a pandemia, observa-se um agravamento de sua situação econômico-financeira a partir de uma piora generalizada nos resultados dos indicadores. A pesquisa conclui que os desempenhos anteriores a pandemia foram impulsionados durante a crise da COVID-19, seja a melhora de bons resultados ou a piora de maus resultados. Tal fato pode ser relacionado com a eficiência da gestão dessas empresas antes da pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Indicadores econômico-financeiros, COVID-19, Empresas estatais, Desempenho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	IMPACTO ECONÔMICO DA PANDEMIA NA ECONOMIA BRASILEIRA	12
2.2	PAPEL E IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS	15
2.3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
3	METODOLOGIA	20
3.1	AMOSTRA DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	20
3.2	SELEÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	21
4	ANÁLISE DE DADOS	23
4.1	ANÁLISE DE LIQUIDEZ	23
4.1.1	<i>Liquidez Corrente (LC)</i>	23
4.1.2	<i>Liquidez Geral (LG)</i>	25
4.2	ANÁLISE DE RENTABILIDADE	27
4.2.1	<i>Margem Líquida (ML)</i>	27
4.2.2	<i>Retorno sobre o Ativo (ROA)</i>	30
4.2.3	<i>Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)</i>	32
4.3	ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO	33
4.3.1	<i>Participação de Capital de Terceiros (ICT)</i>	34
4.3.2	<i>Composição do Endividamento (ICE)</i>	35
4.4	PONTOS PRINCIPAIS.....	37
4.4.1	<i>Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)</i>	37
4.4.2	<i>Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV)</i>	38
4.4.3	<i>Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)</i>	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

1 INTRODUÇÃO

As consequências da pandemia da COVID-19 não se restringiram apenas às questões sanitárias, mas puderam ser vistas em diversas esferas da sociedade. Segundo Canuto (2023), os impactos na economia decorrente da COVID-19 se assemelharam aos impactos observados na Segunda Guerra Mundial, dado ao grande impacto no PIB dos países e na dinâmica do comércio internacional. Como consequência da pandemia, Canuto (2023, p.2) observa que “[...] a tendência de queda da pobreza que começou na década de 1980 foi revertida e mais de 100 milhões de pessoas adicionais voltaram à pobreza extrema”.

Diversos setores da economia brasileira enfrentaram grandes desafios ao serem diretamente afetados pela instabilidade econômica, política e social diante da pandemia da COVID-10. As empresas foram obrigadas a criar soluções de contorno para que pudessem sobreviver à crise. Como exemplo, as empresas precisaram reinventar seus mecanismos de vendas, utilizando as redes sociais como vitrine para seus serviços e produtos. E readequar a jornada de trabalho dos seus colaboradores durante os períodos de intensificação dos casos confirmados da doença.

Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é analisar o desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) através da análise das demonstrações contábeis. A utilização de indicadores econômico-financeiros possibilitou uma melhor comparação entre os períodos delimitados para análise dos dados: Pré-crise (2018 e 2019), durante a crise (2020 e 2021) e pós-crise da COVID-19 (2022 e 2023).

A escolha dos indicadores econômicos buscou abranger três importantes grupos de análise de desempenho: Liquidez; Rentabilidade e Endividamento. A análise de liquidez busca compreender a saúde financeira da entidade. Adicionalmente, a análise do endividamento busca entender o risco da empresa, dada suas escolhas de captação de recursos. E por último, a análise de rentabilidade busca compreender a eficiência econômica da empresa e a qualidade das decisões de investimento. Essas métricas constituem o parâmetro para analisar o desempenho econômico das empresas no horizonte de tempo proposto.

A relevância social das empresas estatais presentes na amostra desta pesquisa constitui um fator importante para a motivação do presente estudo. As empresas analisadas estão no dia a dia dos brasileiros promovendo diversos serviços

importantes. Como exemplo, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) modernizou o preenchimento e a entrega do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) através da criação de aplicativos de celular e computadores.

A presente pesquisa também contribui para entender a capacidade das empresas estatais não dependentes de recursos da União em lidar com crises econômicas. As gestões dessas empresas podem se beneficiar de trabalhos como este para verificar quais foram seus acertos e erros em períodos de recessão e recuperação econômica no Brasil, podendo assim ter políticas mais concretas e assertivas para lidar diretamente com outros possíveis cenários de crise.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Impacto econômico da pandemia na economia brasileira

A pandemia da COVID-19 gerou mudanças significativas nos contextos sociais e econômicos em todo o mundo. Segundo Neto (2020, p. 114), “[...] uma pandemia não tem um impacto restrito à questão sanitária, mas também tem consequências importantes para política, economia, relações sociais e meio ambiente”. Portanto, diante desse cenário, cabe ao Estado promover meios de combate a nova doença e criar políticas públicas que possam reduzir os danos causados em todas as esferas da sociedade.

Diante desse ponto, a primeira medida incentivada para o combate ao novo coronavírus no Brasil foi o distanciamento social. De acordo com Pereira, Oliveira e Sampaio (2020, p. 685), as normativas de distanciamento social “[tiveram] como ponto central as políticas de restrição do comércio e de atividades com potencial de aglomeração”. Acompanhado a esta medida, também era recomendado o uso de máscaras e melhores práticas de higiene, principalmente das mãos.

Apenas o distanciamento social não freou a rápida disseminação do vírus em território brasileiro, levando a uma contaminação em massa pelo novo coronavírus. Segundo dados alarmantes do Ministério da Saúde (2024), o número de infectados pela COVID-19 saltaram de 6 mil casos confirmados em março de 2020 para 320 mil em apenas 4 meses de pandemia. O aumento exponencial nos casos confirmados da doença acedeu o alerta de um possível colapso do sistema de saúde brasileiro.

Com a possibilidade desse possível cenário de colapso do sistema de saúde, tornou-se necessário que fossem adotadas medidas mais rigorosas no combate a COVID-19. Sobre esse ponto, Porsse *et al.* (2020, p. 03) enfatizam que:

Diante da inexistência de uma vacina contra a doença e dada a intensidade das taxas de morbidade e mortalidade observadas em diversos países, a estratégia mais adequada para conter a propagação do vírus apontada pela OMS, autoridades e especialistas da área de saúde é o isolamento social.

De acordo com Fogaça *et al.* (2021), o isolamento social, também chamado de quarentena, consiste no ato de manter os indivíduos isolados do convívio social afim de diminuir as possibilidades de propagação de uma doença altamente infecciosa. Desta forma, setores e serviços não essenciais da economia deveriam ter seus horários de funcionamentos restringidos, ou em casos específicos, serem fechados

temporariamente. Houve também a adoção compulsória da quarentena por recomendação médica, na qual os indivíduos testados positivamente com a COVID-19 e indivíduos com suspeita de estarem contaminados deveriam ficar reclusos da sociedade por um período definido.

O cenário de incerteza econômica diante de uma nova pandemia global provocou diversas reações dos agentes econômicos. As projeções realizadas para o futuro da economia brasileira apontavam para uma provável recessão econômica e piora nos índices macroeconômicos. De acordo com um estudo inicial realizado pelo Ministério da Economia (2020), os impactos afetariam diretamente vários setores da economia devido a interrupção da cadeia produtiva, impactando negativamente o emprego e renda da população, além da queda na produtividade das empresas.

Diante de um cenário de crise econômica, cabe ao Estado Brasileiro agir como agente ativo ao realizar medidas de enfrentamento a crise. Como destacado por Junior e Rita (2020), o Estado brasileiro deveria agir com medidas econômicas compensatórias para suavizar os efeitos de uma pandemia, caso contrário o sistema econômico entraria em colapso provocando consequências imensuráveis na sociedade.

A respeito desse ponto, Kroth (2020) elencou três frentes de atuação do Estado perante a crise da COVID-19 no âmbito da política econômica: I) Reforços orçamentários para o sistema de saúde, ignorando temporariamente metas superavitárias e o teto de gastos. II) Realização de medidas de proteção ao emprego e renda, principalmente dos indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica e III) Criação de mecanismos para reduzir os danos da crise nas atividades econômicas do país, como linhas de créditos empresariais e subsídios de gastos.

Diante da urgência em propor medidas e tomar às ações necessárias para um bom enfrentamento da crise da COVID-19, o governo federal brasileiro demonstrou extrema lentidão e ineficiência no combate a COVID 19, fato evidenciado pelas críticas realizadas pela comunidade internacional (Arbix, 2021). A necessidade de aumentar os gastos públicos temporariamente para enfrentar a crise foi impedida pela Emenda Constitucional 95/2016 que limita o teto de gastos, e não houve uma flexibilização desse decreto mesmo com a urgência causada pela pandemia. (Brasil, 2021)

Em relação às políticas públicas criadas para o enfrentamento da crise econômica, o governo federal criou o Auxílio Emergencial em virtude da situação de vulnerabilidade econômica de determinados grupos sociais, como trabalhadores

informais, desempregados e beneficiários da bolsa família. (Brasil, 2020). Também criou o Programa Emergencial do Emprego e da Renda, visando reduzir os impactos da possibilidade de descontinuidade das atividades empresariais e laborais e a crise nas famílias (Brasil, 2022). Outra medida adotada foi a isenção de IOF nas operações de crédito, que visou reduzir os custos das operações financeiras e estimular o consumo (Santana, 2020).

As medidas adotadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da crise na renda e emprego não se mostraram suficientes. O impacto da crise da COVID-19 refletiu no aumento da taxa de desocupação saltando de 11,4% para 14,9% no primeiro ano de pandemia (IBGE, 2024). Também foi observado a queda no rendimento bruto médio do brasileiro em 8,21%, comparado o 1º trimestre de 2020 com o 1 trimestre de 2022. (IBGE, 2024). Segundo Souza, Hecksher e Osorio (2022, p.06), houve um aumento da pobreza nesse período:

Infelizmente, em 2021, tivemos o maior aumento anual da pobreza em mais de trinta anos. O prolongamento da pandemia e o menor volume das transferências se refletiram em aumentos entre 1,8 p.p. e 4,7 p.p., a depender da linha, com retrocessos mais fortes para as linhas mais elevadas

A restrição de atividades econômicas com as medidas de contenção causadas pela COVID-19 impactou os índices macroeconômicos do Brasil. Segundo Gomes (2022), houve uma queda no PIB de 3,3% em 2020 em relação à 2019, principalmente ocasionado pela queda no setor de serviços. Segundo detalhes do IBGE (2020), as atividades de serviços mais afetadas foram de alimentação, serviços de cultura, lazer e serviços domésticos. Também o setor de indústria foi afetado no ano de início da pandemia, sendo as indústrias de transformação, construção e eletricidade/gás as mais afetadas.

A pandemia de COVID-19 trouxe diversas consequências para a sociedade brasileira, exigindo uma mudança no cotidiano das pessoas para combater a propagação da doença. Para Odeh e Odeh-Moreira (2022), a discussão sobre a saúde da população e a mudança de hábitos sociais deveriam ser priorizadas, já que a pandemia impulsionou a piora na saúde mental da população, o aumento no consumo de drogas e o aumento nos índices de violência doméstica. Já em relação à economia, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) destacou a necessidade de políticas públicas com o objetivo de recuperar o estoque de capital das micro e pequenas empresas, devido ao alto número de falências. Segundo o IPEA (2020,

p.20), deveriam também ser realizadas “reformas fiscais, [...] um amplo conjunto de reformas microeconômicas pró-investimentos e uma reforma tributária [...]”.

2.2 Papel e importância das empresas estatais brasileiras

As empresas estatais compõem uma parte significativa da atuação do Estado nas economias dos países e constituem um fator importante na impulsão e desenvolvimento econômico das sociedades. A respeito da Grande Crise Mundial de 1929, Hirschman (1958), Shapiro e Taylor (1990) e Fishlow (1991) observam que apenas as políticas de *laissez-faire* não eram capazes de corrigir as falhas de mercado e consequências de uma crise mundial nos países de terceiro mundo, tornando esses países mais distantes dos países desenvolvidos. Portanto, era necessário que o Estado intervisse na economia para uma melhor alocação de recursos financeiros (apud Pinheiro e Giambiagi, 1992).

De acordo com Pinheiro e Giambiagi (1992), esse pensamento acerca da ineficiência das políticas de *laissez-faire* permitiu que fossem criadas empresas estatais para setores não explorados pela classe empresarial e setores que necessitavam ser monopolizados pelo Estado. Os autores ainda observam que diversas deficiências das economias do terceiro mundo, como a ausência de mercado de capitais, impediam que apenas as relações entre os agentes econômicos levassem ao desenvolvimento. De acordo com Martins e Silva (2011), o poder constituinte de 1988 já declara a necessidade de um Estado atuando diretamente na economia em seu artigo 174:

Art. 174º: Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (Brasil, 1988).

Mais especificamente, o Decreto-Lei 200/1967 define que as empresas estatais são entidades que compõem a administração indireta dotadas de personalidade jurídica de direito privado, e se dividem em Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. De acordo com o Art. 5º do Decreto-Lei 200/1967, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são definidas respectivamente:

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei

para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta (Brasil, 1967).

O Art. 27º da Lei Nº 13.303/2016 define que a função social das Empresas Estatais é “[...] a realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação” (Brasil, 2016). A respeito desse artigo, Tonin (2016, p. 04) interpreta que “[...] o motivo que justifica a criação de determinada empresa estatal é o grande delimitador da sua atuação e da sua função para a sociedade”.

Também há a separação de empresas estatais dependentes e não dependentes. Tal diferença é em relação à necessidade que a empresa estatal tem dos recursos da União para cobrir suas despesas de custeio, pessoal e capital. Sendo dependentes as empresas que não dispõem de recursos suficientes para cobrir suas despesas e não dependentes as empresas que geram recursos suficientes para a manutenção das suas atividades (Brasil, 2017).

Em relação à classificação das atividades desempenhadas, as Empresas Estatais podem ser prestadoras de serviços públicos e exploradoras de atividades econômicas. Embora a prestação de serviço público também possa ser entendida como uma atividade econômica, a definição refere-se à restrição de atuação das empresas estatais exploradoras de atividades econômicas em serviços tipicamente públicos (Schirato, 2005).

Segundo dados atualizados da Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Governo Federal dispõe de 130 Empresas Estatais, sendo 46 sob controle direto do Estado e 84 sob controle indireto. Essas empresas são distribuídas em setores diversos, como petróleo, gás e energia; setor financeiro; abastecimento alimentar; e TIC. Em 2021, o resultado líquido das empresas estatais atingiu a marca histórica de R\$ 184 bilhões e compunham em conjunto um patrimônio líquido ajustado na marca de R\$ 905 bilhões (Brasil, 2021).

A Nota Técnica Nº 189 do DIEESE, de janeiro de 2018, ressalta a importância das empresas estatais no crescimento econômico sustentável do Brasil. Segundo a

Nota publicada pelo DIEESE, alguns fatores tornam as empresas estatais essenciais para a Economia Brasileira, são eles:

Promover investimentos vultosos de longo prazo; prover serviços essenciais à vida; assegurar um nível de concorrência adequado (oferta e preço) em mercados concentrados; realizar investimentos em ciência, tecnologia e inovação; atuar como instrumento de políticas anticíclicas; assegurar o controle de bens escassos e que são insumos essenciais para o conjunto da estrutura produtiva; atuar em nome do interesse e da soberania nacional; e tomar decisões empresariais orientadas pelo interesse coletivo (DIEESE, 2018, p. 08).

Em suma, as empresas estatais são ferramentas de atuação direta do Estado na economia, agindo em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Segundo Alencar e Silva (2019), o intervencionismo moderno surge a partir da ineficiência das políticas de livre mercado em garantir a dignidade da pessoa humana, assim regulando a economia de abusos e falhas do mercado para tornar possível um crescimento econômico acompanhado da sociedade.

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das demonstrações contábeis consiste em uma ferramenta para a tomada de decisão do usuário da informação contábil, garantindo que as decisões sejam pautadas em informações relevantes a respeito da realidade econômica da entidade em análise. Acerca desse tema, Bruni (2014) descreve que a análise das demonstrações contábeis pode assumir diferentes finalidades, como orientar o processo de planejamento estratégico; realizar a avaliação do negócio; analisar a competitividade da empresa em relação aos seus concorrentes; realizar uma análise de criação de valor, realizando previsões acerca da sustentação e rentabilidade da organização no longo prazo, entre outras finalidades.

De acordo Assaf (2020), o objetivo da análise das demonstrações contábeis é verificar o desempenho econômico-financeiro passado de uma organização, podendo assim entender sua posição econômica atual e tornar possíveis previsões de cenários futuros. Nesse sentido, a decisão de um usuário da contabilidade deve estar atrelada a informações confiáveis e fidedignas para que a decisão tenha uma melhor qualidade e reduza a exposição a riscos futuros.

Pode-se encontrar diversos usos da análise contábil para embasar decisões. Por exemplo, ao adquirir ações de uma empresa de capital aberto com a expectativa

de um ganho futuro; quando bancos decidem aceitar ou recusar um pedido de empréstimo de empresas por meio de análise de liquidez e quando o nível estratégico das organizações utiliza da análise de demonstrações contábeis para orientar suas decisões de negócio.

A quantidade de dados disponíveis para o analista contábil varia conforme sua posição em relação a organização analisada e influencia diretamente seu objetivo, metodologia aplicada, dados analisados e resultados. Sobre esse tema, Niyama (2021) descreve que a contabilidade pode ser gerencial quando o usuário da informação contábil é interno, tendo a contabilidade o objetivo de fornecer dados e informações relevantes para a tomada de decisões dos administradores e gestores das entidades. Também pode ser classificada como financeira, quando a informação contábil é expressa nos demonstrativos contábeis publicados pelas entidades, podendo ser utilizada para diferentes fins. Desta forma, o processo da análise contábil se diferencia caso o analista contábil seja interno ou externo a entidade.

Iudícibus (2017, p. 14) enfatiza que “[...] embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso”. Corroborando com essa afirmação, Assaf (2023) destaca que a escolha dos critérios de avaliação e técnicas utilizadas é de caráter particular do analista, utilizando de sua experiência, conhecimentos técnicos e de sua capacidade interpretativa.

Embora todas as demonstrações contábeis possam ser objeto da análise contábil, duas são amplamente utilizadas pelos analistas: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado. Salotti *et al.* (2019, p. 36) descrevem a função e detalham essas demonstrações contábeis:

O balanço patrimonial refere-se a uma apresentação de equilíbrio da posição financeira de uma entidade. O equilíbrio se dá entre os recursos econômicos à disposição da entidade (ativos) e as origens de tais recursos, que podem ser de terceiros (passivos) e dos proprietários (patrimônio líquido). A demonstração do resultado é o relatório contábil responsável por apresentar a medida de performance baseada no resultado (lucro ou prejuízo) de um período, bem como os componentes do resultado: receitas e despesas.

Apenas essas duas demonstrações contábeis tornam possível que o analista utilize diversos indicadores econômico-financeiros para analisar uma entidade.

A utilização de indicadores econômico-financeiros no processo de análise contábil ocorre frequentemente devido a possibilidade de extrair informações

importantes sobre vários aspectos de uma entidade. Sobre esse tema, Assaf (2023, p.43) define o conceito e grupos de indicadores econômico-financeiros:

[Os indicadores econômico-financeiros] procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa. Existem diversos índices úteis para o processo de análise, metodologicamente classificados nos seguintes grupos: liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, análise de ações e geração de valor.

Entretanto, a interpretação de um indicador econômico-financeiro não deve ser feita de forma isolada, mas dentro de uma análise robusta com várias técnicas para uma avaliação mais precisa do analista (Assaf, 2020).

Em suma, o processo de análise das demonstrações contábeis transforma os dados contábeis em informações que influenciam a tomada de decisão. Portanto, demonstra-se uma ferramenta de extrema valia para decisões corporativas, acompanhamento do desempenho empresarial, comparabilidade entre as empresas, prever possíveis cenários econômicos, entre outras funções.

3 METODOLOGIA

Esta seção destina-se aos procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, como a definição da amostra e coleta dos dados e sobre a seleção e análise dos indicadores econômico-financeiros utilizados.

3.1 Amostra da pesquisa e coleta de dados

Para a realização deste estudo foram selecionadas as empresas estatais do setor de TIC a partir da classificação em setores da economia realizada pela Secretária e Coordenação das Empresas Estatais (SEST), conforme a relação a seguir:

Tabela 1 - Lista de empresas estatais do setor de TIC

Nome	Sigla
Empresa Brasil de Comunicação	EBC
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	ECT
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social	DATAPREV
Serviço Federal de Processamento de Dados	SERPRO
Telecomunicações Brasileiras S/A	TELEBRAS

Fonte: Ministério da Economia, SEST (2021)

Entretanto, as empresas TELEBRAS e EBC foram excluídas da amostra do trabalho por receberem recursos do Tesouro Nacional, uma condição relevante ao comparar seu desempenho econômico com o das demais empresas, essa condição poderia causar uma disparidade na análise entre as empresas. De acordo com a classificação fornecida pela SEST, apenas a TELEBRAS é classificada como dependente de recursos da União. Contudo, a EBC, embora não seja classificada como dependente, recebe quantidades consideráveis de transferências do Tesouro Nacional. A escolha dos Correios, embora seja popularmente conhecida como uma empresa de logística, foi mantida na pesquisa devido a classificação da SEST como integrante do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para a realização dos cálculos dos indicadores econômico-financeiros foram extraídas as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado) destas empresas em seus respectivos sites. A delimitação dos períodos a serem analisados neste trabalho foi a seguinte: pré-crise (2018 e 2019), durante a crise (2020 e 2021) e pós-crise da COVID-19 (2022 e 2023). Portanto, foram utilizados 18 Balanços Patrimoniais e 18 Demonstrações de Resultado como fonte de dados para análise de desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de TIC nos períodos mencionados, além de suas respectivas notas explicativas.

3.2 Seleção e análise dos indicadores econômico-financeiros

Com base nos demonstrativos contábeis coletados foram realizados os cálculos de indicadores econômico-financeiros escolhidos para análise de desempenho econômico da amostra nos períodos delimitados. Os indicadores econômico-financeiros utilizados neste trabalho foram definidos a partir da frequência de utilização em produções acadêmicas semelhantes a esta, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 - Relação de Indicadores econômico-financeiros utilizados

Grupo	Indicador	Cálculo	Referências
Liquidez	Liquidez Corrente	$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$	Silva (2021) e Guedes (2021)
	Liquidez Geral	$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{RLP}}{\textit{PC} + \textit{PNC}}$	Silva (2021)
Rentabilidade	Margem Líquida	$ML = \frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Receita Operacional Líquida}}$	Silva (2021) e Guedes (2021)
	Rentabilidade sobre o Ativo	$ROA = \frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Ativo Total}}$	Silva (2021)
	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	$ROE = \frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$	Silva (2021) e Guedes (2021)
Endividamento	Participação de Capital de Terceiros	$ICT = \frac{\textit{Passivo Total}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$	Silva (2021)

	Composição do Endividamento	$ICE = \frac{Passivo\ Circulante}{Passivo\ Total}$	Silva (2021)
--	-----------------------------	----------------------------------------------------	--------------

Fonte: Autoria do próprio autor (2024)

Em síntese, os grupos de Indicadores Econômico-Financeiros foram escolhidos para compreender três grandes óticas da realidade econômica da amostra ao longo dos períodos selecionados. Segundo Assaf (2023, p.46), os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento buscam compreender respectivamente:

O estudo da liquidez visa conhecer a capacidade de pagamento da empresa, isto é, suas condições financeiras de cobrir, no vencimento, todos seus compromissos passivos assumidos;

[O estudo da rentabilidade] é uma avaliação econômica do desempenho da empresa, dimensionando o retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas;

[O estudo do endividamento] avalia basicamente a proporção de recursos próprios e de terceiros mantidos pela empresa, sua dependência financeira por dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e seu risco financeiro.

O cálculo dos indicadores foi feito por uma média global para cada período delimitado da pesquisa, facilitando assim a compreensão entre períodos do desempenho econômico-financeiro da amostra.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção estão reunidas as interpretações dos dados coletados das empresas estatais não dependentes do setor de TIC utilizando os indicadores econômico-financeiros descritos no tópico anterior. A análise comparativa dos indicadores entre os períodos durante e pré-crise da COVID-19 buscou compreender os impactos decorrentes da crise da COVID-19 no desempenho das empresas. Através da análise comparativa entre os períodos pós-crise e pré-crise, foi analisado se as empresas conseguiram retomar seus níveis de desempenho antes da crise econômica provocada pela COVID-19.

4.1 Análise de Liquidez

A escolha dos indicadores econômico-financeiros de liquidez utilizados buscou compreender os efeitos da crise da COVID-19 na saúde financeira das entidades, permitindo verificar se houve um desequilíbrio financeiro provocado pela pandemia.

4.1.1 Liquidez Corrente (LC)

O Gráfico 1 apresenta os resultados do indicador de Liquidez Corrente das empresas estatais do setor de TIC nos períodos pré, durante e pós-crise da COVID-19.

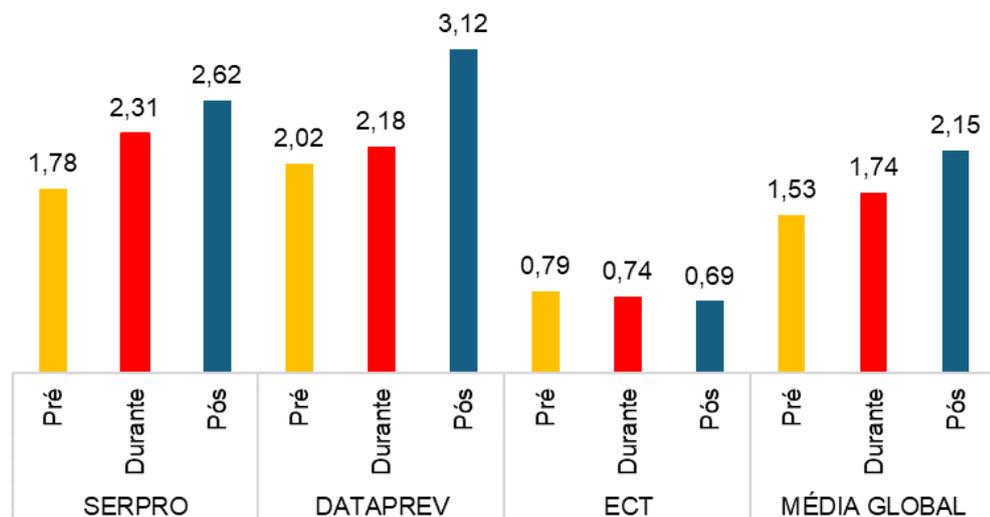


Gráfico 1 - Liquidez Corrente durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

Com os resultados obtidos, observa-se uma tendência de aumento nos índices de Liquidez Corrente das empresas estatais do setor de TIC. Conforme apresentado no Gráfico 1, houve um aumento percentual na média global do indicador de 14,12% no período durante a crise e de 23,22% no período pós-crise.

Com relação ao SERPRO, observa-se que a empresa apresentou níveis de Liquidez Corrente superiores à média global em todos os períodos analisados. Foi observado um aumento de 29,84% durante a pandemia da COVID-19, fato que pode ser evidenciado pelo aumento de 63,51% nos níveis do Ativo Circulante, enquanto o Passivo Circulante cresceu 27,27% no mesmo período. O aumento no Ativo Circulante foi influenciado principalmente por um incremento de 138,35% nos níveis dos Disponíveis da entidade, o que em termos monetários representou um aumento em volume de R\$ 2,1 bilhões entre os períodos.

A partir de 2018, observa-se que o SERPRO adotou uma política de grandes aportes em aplicações financeiras de alta liquidez, mantendo os níveis de recursos em Conta Movimento extremamente baixos para o porte da empresa. Para exemplificar tal fato, notou-se que em 2018 a empresa detinha cerca de R\$ 500 mil alocados em fundos de aplicação financeira, e em 2023 o valor alocado em aplicações financeiras atingiu a marca de R\$ 2,0 bilhões, assim beneficiando-se ao longo dos períodos dos altos rendimentos provenientes de suas aplicações.

Com relação à DATAPREV, observa-se que seus níveis de Liquidez Corrente também se mantiveram acima da média global do setor em todos os períodos analisados. Conforme observado no Gráfico 1, a DATAPREV apresentou um resultado de Liquidez Corrente no período pós-crise superior em 45,50% a média global do setor. Esse destaque da DATAPREV no período de recuperação econômica representou uma melhora de 43,32% em relação ao período de crise da COVID-19.

A DATAPREV apresentou um aumento de 39,67% em seu Ativo Circulante no período pós-crise da COVID-19, enquanto seu Passivo Circulante aumentou apenas 1,21%. Entre esses períodos houve um aumento de 37,46% no volume dos Disponíveis da empresa, o que representou um aumento em volume de R\$ 0,9 bilhões, que pode ser evidenciado por um aumento de R\$ 0,7 bilhões nas aplicações financeiras entre 2023 e 2018. Assim como o SERPRO, a DATAPREV mantém seu excelente nível de liquidez realizando significativos incrementos em suas aplicações financeiras.

A ECT foi a única que ficou abaixo da média global do setor de TIC, apresentando em todos os períodos analisados a Liquidez Corrente inferior a 1. Tal fato pode ser interpretado como um desequilíbrio financeiro e um alto risco operacional, pois uma Liquidez Inferior a 1 significa que o Passivo Circulante é superior ao Ativo Circulante e há um descasamento de prazos entre os exigíveis e os recebíveis da empresa. Uma Liquidez Corrente inferior a 1 também pode significar que a ECT está financiando seus ativos permanentes com recursos de curto prazo.

Conforme observado no Gráfico 1, a ECT teve seu nível de Liquidez Corrente no período pós-crise inferior ao período anterior à pandemia. Segundo observado em seus demonstrativos contábeis, a piora no índice em relação ao período anterior à crise pode ser detalhado com um aumento de 13,81% no seu Passivo Circulante, totalizando um aumento de R\$ 1,3 bilhões. Esse aumento no Passivo Circulante ficou concentrado nas contas de Fornecedores e Benefícios a Empregados, totalizando um aumento de R\$ 3,0 bilhões em comparação ao período anterior a pandemia, sendo suavizado por uma diminuição em outras contas do Passivo Circulante.

4.1.2 Liquidez Geral (LG)

O indicador de Liquidez Geral permite uma visão mais ampla da saúde financeira das empresas, pois não restringe a análise as contas patrimoniais de curto prazo, mas aumenta o horizonte de tempo da análise (Assaf, 2023). O Gráfico 2 apresenta o resultado de Liquidez Geral das empresas nos períodos analisados.

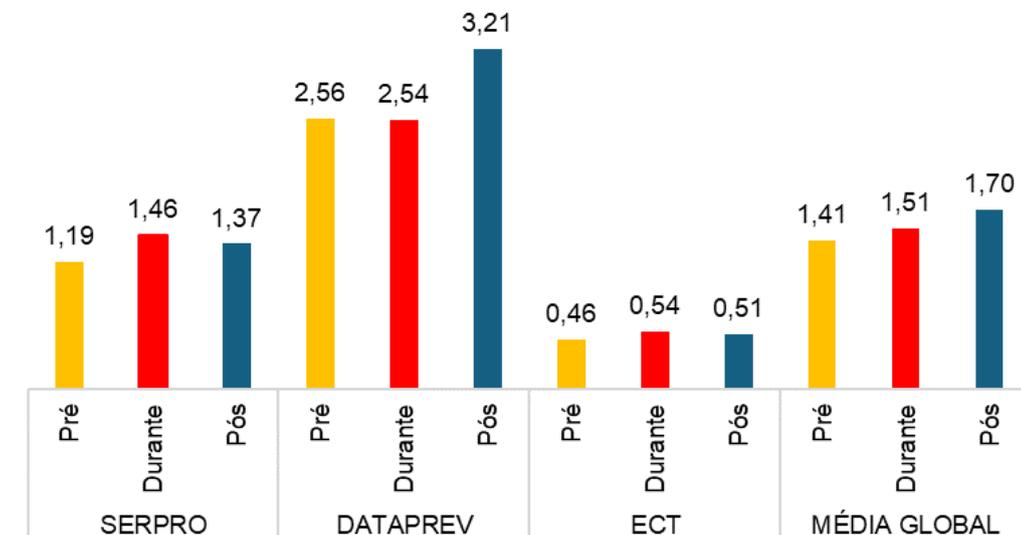


Gráfico 2 - Liquidez Geral durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

A partir do Gráfico 2, nota-se que há uma tendência de crescimento nos resultados de Liquidez Geral do setor de TIC ao longo dos períodos analisados. Foi verificado que o resultado do indicador teve uma melhora de 7,72% durante a pandemia, e 12,18% no período de pós-crise da COVID-19.

Em relação ao SERPRO, o indicador de Liquidez Geral ficou abaixo da média do setor em todos os períodos analisados. Houve uma melhora do indicador de 29,84% durante a pandemia da COVID-19 em comparação ao período anterior da crise. Neste período, o Ativo Circulante e Realizável Longo Prazo cresceram 30,70% e o Passivo Total do SERPRO cresceu 6,91% no período da pandemia, destacando as contas de Pessoal e Fornecedores que juntos totalizaram um aumento de R\$ 440,0 milhões.

No Gráfico 2 observa-se que o valor de Liquidez Geral do SERPRO no período pós-crise foi inferior ao período de crise provocada pela COVID-19. O nível de crescimento do Disponível no período pós pandemia não acompanhou o aumento exponencial observado durante a pandemia da COVID-19. Enquanto o Disponível cresceu R\$ 2,1 bilhões durante a pandemia da COVID-19, constata-se um aumento de R\$ 271,7 milhões no período de recuperação da economia.

Já em relação ao Passivo Total do SERPRO após a crise da COVID-19, houve um crescimento superior ao período de pandemia. Enquanto o Passivo Total do SERPRO cresceu 6,91% durante a pandemia, nota-se um crescimento de 12,61% no período pós-crise. O Passivo Não Circulante do SERPRO cresceu em 25% no período pós-crise da COVID-19, totalizando um crescimento de R\$ 0,7 bilhão. Essa variação no Passivo Não Circulante do SERPRO concentrou-se na conta de Provisões Trabalhistas, Cíveis, Administrativas e Fiscais.

Já em relação à DATAPREV, nota-se que a Liquidez Geral durante a pandemia da COVID-19 se manteve apenas 0,6% abaixo do nível anterior a pandemia. Já no período pós pandemia, a DATAPREV superou a média do setor em 61,66%, e em conjunto com o resultado apurado de Liquidez Corrente, pode-se inferir que teve um melhor resultado nos indicadores de liquidez em relação as demais empresas da amostra. Observa-se que no período de recuperação da pandemia, o Passivo Total da DATAPREV cresceu apenas 5,19%, enquanto durante a pandemia foi apurado um aumento de 35,75%.

O aumento no Passivo Total da DATAPREV durante a pandemia concentra-se em maior parte na conta de “Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Propostos”,

onde observa-se um aumento de 52%, totalizando um valor de acréscimo de R\$ 442,2 milhões. Nas Demonstrações Contábeis da DATAPREV, observa-se que no período anterior a pandemia da COVID-19 não eram feitos pagamentos de Dividendos Propostos, e esses pagamentos se estenderam do ano inicial da pandemia até o último ano de análise da presente pesquisa.

Destaca-se que ECT manteve os resultados de Liquidez Geral inferiores a 1, e pode ser observado a partir do Gráfico 2 que a média do indicador da empresa é de 0,51 no horizonte de análise. A média dos resultados de Liquidez Geral da ECT pode representar que a empresa está com um grande desequilíbrio financeiro, pois segundo a leitura dessa média, a ECT consegue cobrir apenas metade de suas dívidas com terceiros com seus ativos.

4.2 Análise de Rentabilidade

Segundo Iudícibus (2017), o Lucro Líquido das entidades deve ser analisado em conjunto com outras informações relacionadas, uma vez que, isoladamente, o Lucro Líquido não oferece uma visão completa e útil sobre a situação real das empresas. Esta seção destina-se à apresentação dos Indicadores Econômico-Financeiros de Rentabilidade das empresas estatais do setor de TIC.

4.2.1 Margem Líquida (ML)

O Indicador de Margem Líquida busca compreender a eficiência das empresas em converter a receita total em lucro líquido (Assaf, 2020). O Gráfico 3 apresenta o resultado de Margem Líquida das empresas nos períodos analisados.

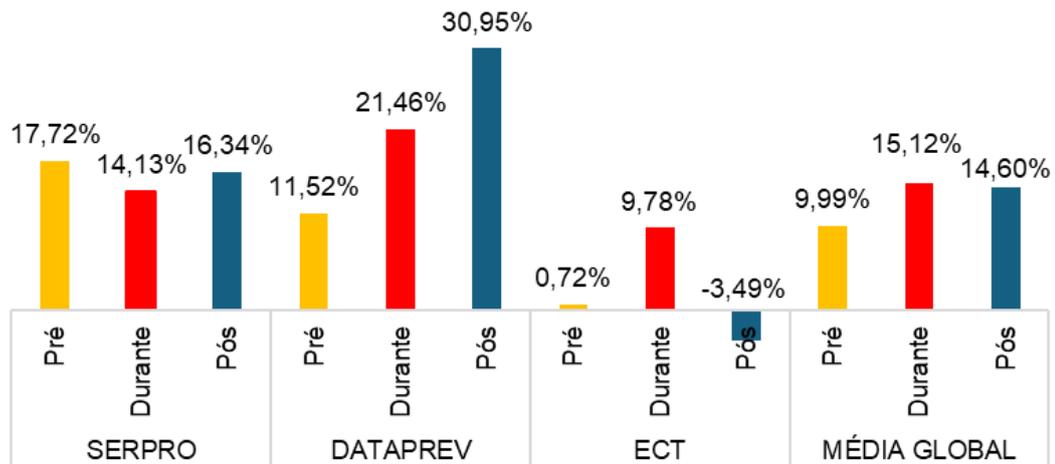


Gráfico 3 - Margem Líquida durante o período em análise
 Fonte: Próprio Autor (2024)

Através da média global apresentada no Gráfico 3, nota-se que o setor de TIC teve uma melhora no valor do indicador durante a pandemia da COVID, e embora tenha sofrido uma queda no período pós-crise, ainda manteve seu nível superior ao período pré-crise. A Margem Líquida do setor de TIC aumentou em 51,37% durante a crise provocada pela COVID-19, e diminuiu 3,44% no período de recuperação da economia, mas se manteve acima do nível no período pré-crise.

Em relação ao SERPRO, observa-se que a empresa não seguiu a tendência do setor de TIC. A empresa apresentou uma redução de 20,29% durante a pandemia da COVID-19 e uma melhora de 15,64% no período pós-crise, mas ainda não conseguiu recuperar o nível de Margem Líquida anterior à pandemia. Conforme mostrado no Gráfico 3, os níveis apresentados nos períodos analisados são semelhantes, o que pode indicar que o SERPRO não sofreu grandes perdas em seu desempenho financeiro devido à COVID-19.

No Gráfico 3, observa-se que os níveis apresentados de Margem Líquida pela DATAPREV não seguiram a tendência do setor de TIC. Ao contrário do observado nas médias do setor, a DATAPREV apresentou uma melhora de 86,21% no resultado do indicador durante a pandemia da COVID, e uma melhora de 44,26% após o período de crise. Além desses pontos, destaca-se que os resultados apresentados nos períodos durante e pós-crise da COVID-19 superaram as médias apuradas para o setor.

A melhora de 86,21% na Margem Líquida da DATAPREV durante a pandemia da COVID-19 pode ser explicada pelo aumento de 107,97% em seu Lucro Líquido, o que representa um acréscimo de R\$ 322,19 milhões. A Receita Operacional Líquida cresceu 10,98% no mesmo período. Além disso, destaca-se a redução no Custo dos Serviços Prestados em 7,85% e a diminuição das Despesas Operacionais em 11,19%, que juntos totalizaram uma melhoria de R\$ 190,84 milhões no Resultado Líquido da empresa.

Já a ECT seguiu a tendência apresentada na média do setor de TIC, porém as variações entre os períodos foram mais acentuadas. Observa-se no Gráfico 3 que a empresa saiu de 0,72% para 9,78% durante a pandemia da COVID-19. Essa variação de 1255,89% no resultado do indicador pode ser explicada pelo aumento em R\$ 3,5 bilhões em seu Lucro Líquido, no mesmo período a Receita Operacional Líquida cresceu 5,54%.

O aumento de R\$ 3,5 bilhões no Lucro Líquido da ECT representou uma variação de 1346,53% em relação ao período pré-crise. Nas Demonstrações Contábeis da ECT nota-se um aumento na Receita Operacional Líquida em 5,54% em conjunto com uma redução em seu Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados de 4,72%. Além desses pontos, destaca-se também o ganho de R\$ 1,4 bilhão com reversões na Provisão de Benefício Pós-Emprego decorrente de uma avaliação atuarial realizada em 2020.

De acordo com as notas explicativas dos Correios, a reversão do Benefício Pós-Emprego ocorreu devido a uma mudança na forma de custeio, resultando no desconhecimento parcial de R\$ 3,1 bilhões no passivo da empresa. As novas condições garantiam aos beneficiários a manutenção do plano apenas mediante pagamento integral a partir de 1º de agosto de 2021. Permaneceram em provisão, R\$ 2,7 milhões para cobrir os meses anteriores à vigência da alteração.

A redução da Margem Líquida no período pós-pandemia pode ser explicada pelo aumento de 1004,52% nas Despesas com Vendas e Serviços, o que, em termos monetários, representa uma redução de R\$ 3,4 bilhões no Resultado Líquido. Dentro desse grupo de contas, o aumento está concentrado na conta Remuneração de Unidades Terceirizadas. No mesmo período, houve um aumento de 34,92% nas Despesas Gerais e Administrativas, concentrando-se nas Despesas de Pessoal, Benefício Pós-Emprego e Variações Patrimoniais e Perdas.

4.2.2 Retorno sobre o Ativo (ROA)

Segundo Assaf e Lima (2016), o Retorno sobre o Ativo evidencia qual foi a taxa de retorno gerado pelas aplicações das empresas, de recursos captados de terceiros e recursos próprios. O Gráfico 4 mostra os resultados de ROA apresentados pelas empresas estatais de TIC:

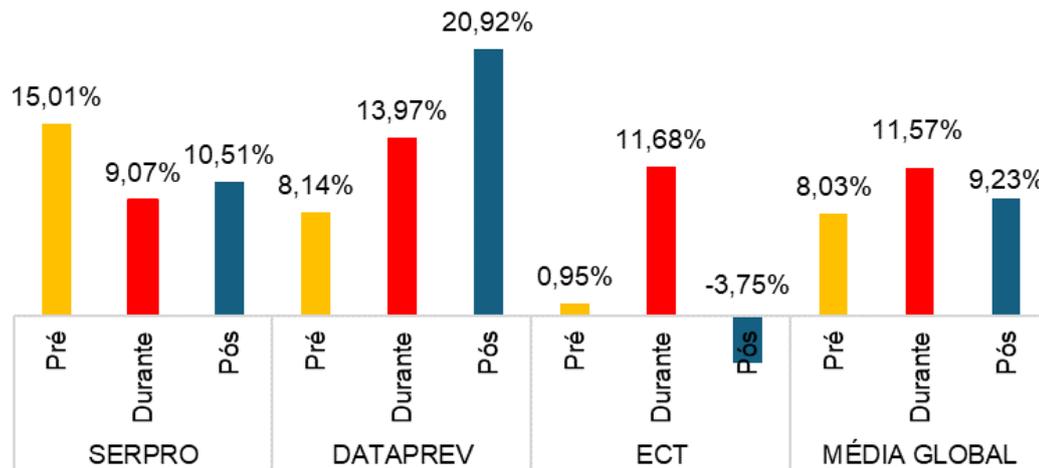


Gráfico 4 - ROA durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

Observa-se no Gráfico 4 que o indicador de Retorno sobre o Ativo (ROA) na média global do setor apresentou um movimento semelhante ao apresentado na Margem Líquida no Gráfico 3. Conforme apresentado no Gráfico 4, o ROA do setor de TIC apresentou aumento durante a pandemia, e queda no período posterior à crise, mas ainda mantendo o nível acima do período de pré-crise.

Em relação ao SERPRO, observa-se no Gráfico 4 que houve uma queda de 39,58% no resultado da ROA durante a pandemia. E apesar da melhora do indicador no período pós-crise em 15,94%, o SERPRO não conseguiu recuperar o nível de ROA apresentado no período anterior à crise. Ao compararmos o SERPRO com a média de desempenho do setor de TIC, a empresa apresentou um movimento diferente ao longo do horizonte de análise.

Em relação ao Ativo Total do SERPRO, observa-se nas Demonstrações Contábeis da empresa que houve um crescimento de 28,91% durante o período de crise da COVID-19, aumento concentrado exclusivamente em seu Disponível, conforme enfatizado na análise de Liquidez Corrente apresentada. Já no período

posterior à crise, o Ativo Circulante do SERPRO cresceu 15,81% e seu Ativo Não Circulante 11,59%. A redução apresentada em seu Lucro Líquido durante a pandemia em 21,53% pode ser o motivo para a redução no valor do Indicador neste período. No período pós-crise o SERPRO apresentou uma melhora de 14,00% em seu Ativo Total e 28,98% em seu Lucro Líquido.

Já a DATAPREV apresentou uma tendência de crescimento ao longo do horizonte de tempo analisado. Através do Gráfico 4, nota-se um crescimento na taxa de ROA durante a pandemia de 71,68% e de 49,76% no período pós-crise. Observa-se que apenas no período pré-crise a taxa de ROA da DATAPREV ficou próxima ao resultado da média do setor de TIC, nos demais períodos, os resultados apresentados pela empresa foram superiores à média. Destaca-se que a taxa de ROA da DATAPREV no período de recuperação da pandemia da COVID-19 foi superior em 126,73% à média do setor no mesmo período.

Nas Demonstrações Contábeis da DATAPREV, observa-se que o Ativo Total da empresa aumentou em 20,51% durante a pandemia da COVID-19 e 21,16% no período de pós-crise. Os aumentos apresentados no Ativo Total da DATAPREV concentraram-se no Ativo Circulante, pois o Ativo Não Circulante da empresa diminuiu nestes dois períodos. As expressivas variações em seu Lucro Líquido de 107,97% durante a pandemia e 97,78% no período posterior à pandemia contribuíram para que às taxas de ROA da DATAPREV fossem superiores às taxas apresentadas pelas demais empresas de TIC.

Já em relação à ECT, observa-se que a empresa acompanhou a média do setor apenas no aumento apresentando durante a pandemia, mas o nível apresentando no período posterior à crise foi inferior ao período pré-crise. Nas Demonstrações Contábeis da ECT, nota-se que o Ativo Total da empresa cresceu nos períodos durante e pós-crise da COVID-19. O expressivo aumento em seu Lucro Líquido durante o período da pandemia impactou o aumento na taxa de ROA em 1127,73%. Apesar do aumento apresentado em seu Ativo Total no período pós-crise, o seu Lucro Líquido reduziu em 150,16%, impactando assim negativamente o resultado da taxa de ROA.

4.2.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Segundo Assaf (2020, p.83), o ROE “[...] mensura o retorno dos recursos aplicados na empresa por seus proprietários.”. O Gráfico 5 apresenta os resultados do indicador nos períodos analisados.

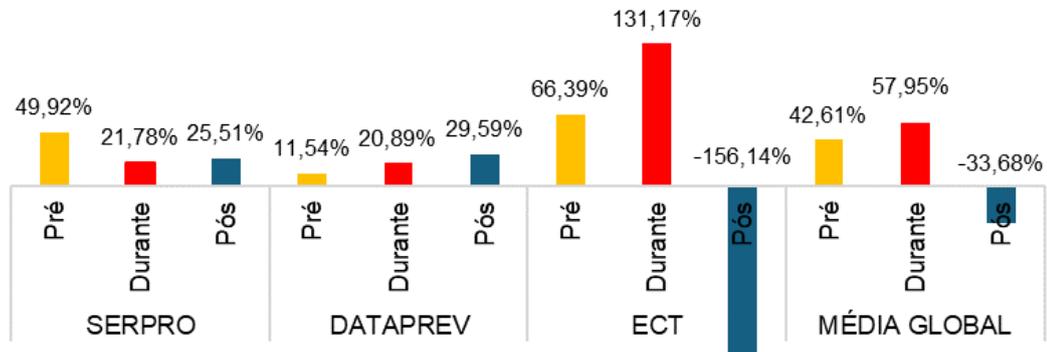


Gráfico 5 - ROE durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

Observa-se no Gráfico 5 que a média do setor de TIC foi impactada pelas grandes variações entre os períodos da ECT. Ainda no Gráfico 5, nota-se que o resultado negativo no período pós-crise decorre do resultado da taxa de ROE da ECT de -156,14%, já que as demais empresas apresentaram no período pós-crise um resultado melhor que o período de crise.

Em relação ao SERPRO, observa-se no Gráfico 5 que a taxa de ROE reduziu em 56,38% durante a pandemia. Nas Demonstrações Contábeis do SERPRO, neste período houve um aumento de 80,83% em seu Patrimônio Líquido e uma redução de 21,53% em seu Lucro Líquido. Já no período pós-crise, observa-se, a partir do Gráfico 5, uma recuperação da taxa de ROE em 17,15%.

O aumento do nível do Patrimônio Líquido do SERPRO em conjunto com a redução no seu Lucro Líquido impactou negativamente o resultando do indicador no período de crise. Em relação ao aumento no Patrimônio Líquido do SERPRO, as contas de Reservas de Lucros e Outros Resultados Abrangentes em conjunto totalizaram um aumento de R\$ 1,3 bilhão.

Já a DATAPREV apresentou uma tendência de crescimento na taxa de ROE durante o horizonte de tempo analisado. Durante a pandemia da COVID-19 houve melhora de 81,04% no valor do indicador e um aumento de 41,64% no período pós-crise. O Patrimônio Líquido da empresa cresceu 14,17% durante a pandemia da COVID-19, e 29,06% no período posterior à pandemia. Esses sucessivos aumentos em seu Patrimônio Líquido concentram-se na conta de Reserva de Lucros. Destaca-se que as altas variações positivas em seu Lucro Líquido impulsionaram o crescimento da taxa de ROE.

Em relação à ECT, observa-se no Gráfico 5 que os resultados no período pré-crise e durante a crise da COVID-19 foram superiores às demais empresas do setor de TIC. E o resultado apresentado pela ECT no período de recuperação da economia foi o único com valor negativo. Os resultados apresentados pela ECT no Gráfico 5, destacam-se pela grande variação entre os períodos.

O resultado positivo apresentados pela ECT durante a crise da COVID-19, podem ser explicados pela redução de Prejuízos Acumulados em 82,65% em conjunto com um aumento em seu Lucro Líquido de 1346,53%. Através das Demonstrações Contábeis da ECT, nota-se também que a constituição de Reservas de Lucros durante a pandemia da COVID-19 impactou também o aumento do Patrimônio Líquido da companhia.

Já em relação à taxa de ROE de -156,14% observada no Gráfico 5 no período pós-crise, a ECT apurou Prejuízo Líquido nos exercícios de 2022 e 2023. A reversão do alto volume de Lucro Líquido da ECT durante a pandemia em Prejuízo Líquido impactou diretamente a taxa de ROE. Além da extinção das Reservas de Lucros constituídas durante a pandemia, a conta de Outros Resultados Abrangentes contribuiu para a diminuição do Patrimônio Líquido da ECT no período pós-crise.

4.3 Análise de Endividamento

Segundo Assaf (2020, p.81), os Indicadores de Endividamento têm o objetivo de “[...] aferir a composição (estrutura) das fontes passivas de recursos de uma empresa. Ilustram, com isso, a forma pela qual os recursos de terceiros são usados pela empresa e sua participação relativa em relação ao capital próprio”. Esta seção

destina-se à apresentação dos Indicadores Econômico-Financeiros de Endividamento das Empresas Estatais do setor de TIC.

4.3.1 Participação de Capital de Terceiros (ICT)

Segundo Assaf e Lima (2016, p.113), o Indicador de Participação de Capital de Terceiros “[...] revela o nível de endividamento (passivos) da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios”. O Gráfico 6 apresenta os resultados das empresas do setor de TIC nos períodos analisados.

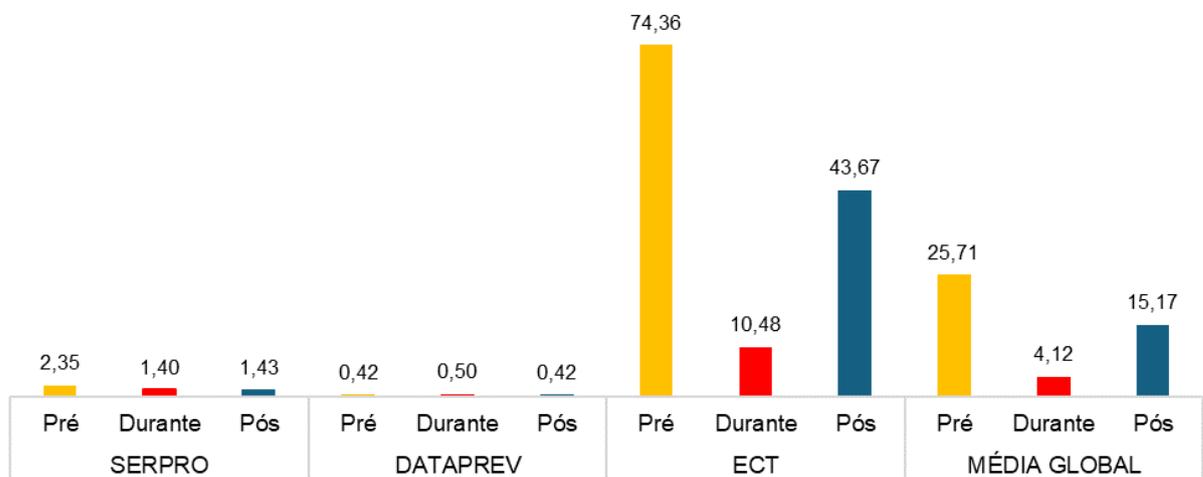


Gráfico 6 - Participação de Capital de Terceiros (ICT) durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

Observa-se no Gráfico 6 que a média do setor de TIC foi impactada pelos resultados extremamente altos da empresa ECT. Os resultados apresentados pelo SERPRO e DATAPREV foram baixos comparados a ECT, e demonstram um certo equilíbrio entre a captação de recursos de terceiros com recursos próprios.

Em relação ao SERPRO, observa-se que a empresa manteve seu nível de Participação de Capital de Terceiros superior a 1 em todos os períodos analisados. A melhora no valor do indicador durante a pandemia decorre de um aumento de 80,83% no Patrimônio Líquido do SERPRO, enquanto seu Passivo Total cresceu 6,91% no mesmo período. Esse aumento no Patrimônio Líquido concentra-se no aumento das Reservas de Lucros, Dividendos Adicionais Propostos e Outros Resultados Abrangentes.

A DATAPREV foi a única empresa que apresentou resultados inferiores a 1,0, ou seja, o financiamento de sua operação está concentrado em seus recursos próprios. Observa-se no Gráfico 6 que a DATAPREV apresentou uma piora no valor do indicador durante a pandemia, mas recuperou o nível apresentado antes da pandemia no período pós-crise.

Em relação à ECT, observa-se que os resultados apresentados no ICT destacam o fato de que o Passivo Total é muito superior ao Patrimônio Líquido da empresa. Segundo Assaf (2020), um ICT acima de 1 revela que a empresa tem dependência de recursos de terceiros para financiar suas operações. Para evidenciar a estrutura de capital da ECT, o Passivo Total da empresa teve uma média de R\$ 30,5 bilhões e o Patrimônio Líquido da empresa teve uma média de R\$ 1,6 bilhão ao longo do horizonte de análise.

A redução apresentada pela ECT de Participação de Capital de Terceiros durante a pandemia decorre do aumento do Patrimônio Líquido concentrado na conta de Reservas de Lucros. O Patrimônio Líquido cresceu 696,68% durante a pandemia e o Passivo Total cresceu 5,03%. A piora no resultado do indicador no período pós-crise decorre da redução do Patrimônio Líquido pelos Prejuízos Líquidos apurados em 2022 e 2023. Em conjunto com a redução de Patrimônio Líquido, o Passivo Total aumentou em 28,48%.

4.3.2 Composição do Endividamento (ICE)

Segundo Bruni (2014, p.155), o indicador de composição do endividamento “[...] expressa a natureza do endividamento, revelando o percentual do endividamento concentrado no curto prazo. [...] quanto mais elevado for o valor obtido no índice, maiores serão os compromissos da empresa concentrados no curto prazo.”. O Gráfico 7 apresenta a composição do endividamento das Empresas Estatais de TIC nos períodos analisados.

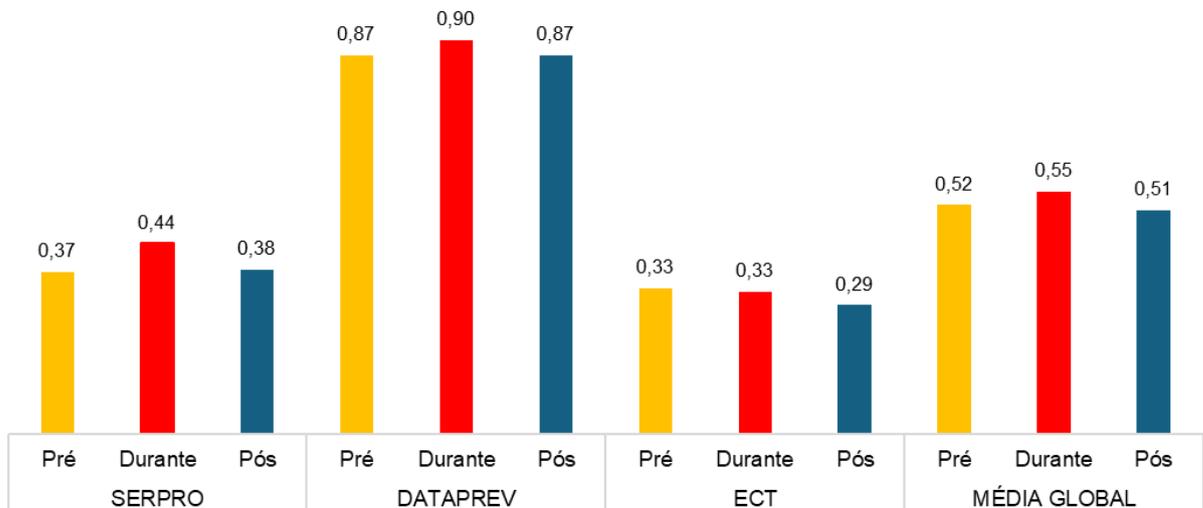


Gráfico 7 - Composição do Endividamento (ICE) durante o período em análise
Fonte: Próprio Autor (2024)

Observa-se no Gráfico 7 que a média do setor de TIC ficou próxima de 0,53 de ICE em todo o horizonte de análise. Pode ser observado que o valor do indicador sofreu um aumento durante a pandemia e uma redução no período de pós-crise da COVID-19. A DATAPREV influenciou negativamente o média do setor nos períodos analisados, já que o SERPRO e ECT apresentaram valores abaixo de 0,45.

O SERPRO apresentou uma média de 0,39 durante os períodos analisados. Segundo esse dado, interpreta-se que o SERPRO concentra seus exigíveis em maior quantidade no Passivo Não Circulante. O aumento de 17,30% no valor do Indicador durante a pandemia decorre do aumento em Passivo Circulante em 27,27% concentrado nas contas de Pessoal e Fornecedores.

Já a DATAPREV apresentou o pior resultado dentre as empresas do setor de TIC. O elevado resultado de ICE indica que a empresa está concentrando seu exigível, em sua maior parte, no curto prazo. Observa-se no Gráfico 7 que houve uma piora no indicador durante a pandemia, mas recuperando seu nível apresentado no pré-crise.

Em relação à ECT, os resultados obtidos pela empresa no período em análise foram os mais baixos do setor de TIC. Observa-se, no Gráfico 7, que a ECT manteve durante a pandemia o mesmo nível apresentando antes da pandemia da COVID-19, de 0,33. Assim como às demais empresas, a ECT também teve um desempenho melhor neste indicador no período pós-pandemia.

4.4 Pontos Principais

Esta seção destina-se a apresentação dos Pontos Principais observados nas análises dos dados de Liquidez, Rentabilidade e Endividamento das empresas estatais de TIC.

4.4.1 Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

Em relação ao SERPRO, destaca-se que a empresa já apresentava bons índices antes da pandemia da COVID-19. A Liquidez Corrente e a Liquidez Geral superiores a 1 revelam um menor risco operacional da empresa, e um equilíbrio entre os Ativos e Passivos. Destaca-se que, em relação à Análise de Liquidez do SERPRO, houve uma melhora nos índices durante a pandemia da COVID-19. O aumento no Ativo Total, proporcionado em grande parte pelos grandes aportes em aplicações financeiras, revela uma boa gestão financeira da empresa.

Os resultados do indicador de Composição de Endividamento (ICE) apresentado revelam que o SERPRO concentra seus passivos no longo prazo. E em conjunto com os resultados positivos apresentados em sua Liquidez Corrente, interpreta-se que a empresa opera com boa folga financeira. Embora os resultados apresentados para o indicador de Participação de Capital de Terceiros (ICT) sejam superiores a 1, a empresa não opera com Passivo Oneroso, sendo as Provisões e Benefício Pós Emprego os maiores Passivos de longo prazo.

O contraste entre o alto volume em Aplicações Financeiras com a inexistência de Empréstimos e Financiamentos captados pelo SERPRO, apontam para uma situação de baixo endividamento. A independência financeira da empresa em captar recursos via Empréstimos e Financiamentos revela a situação excelente da empresa, evidenciando que a empresa não foi muito afetada pela crise da COVID-19 devido a soma de acertos realizados antes e durante a pandemia.

Em relação à rentabilidade do SERPRO ao longo dos períodos analisados, observa-se que a Margem Líquida ficou na média de 16,06%; a Rentabilidade sobre o Ativo em 11,53% e a Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido em 32,40%. O bom desempenho nos três indicadores revela que a empresa consegue atingir bons retornos decorrentes dos esforços operacionais e financeiros empregados.

4.4.2 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV)

Observa-se que o resultado dos Indicadores de Liquidez da DATAPREV é superior a 2. Em outras palavras, a empresa mantém o nível de seus ativos duas vezes maior que o nível do passivo. Segundo a leitura deste dado, a empresa apresenta um excelente equilíbrio financeiro, e assim como o SERPRO, colhe resultados de uma boa gestão.

Ao contrário do SERPRO, a DATAPREV apresentou os níveis de Participação de Capital de Terceiros (ICT) inferiores a 1, situação que revela que a operação da empresa é financiada na maior parte por recursos próprios. Cabe destacar que a DATAPREV utiliza Passivos Onerosos, mas constituem uma fração ínfima do Passivo Total da empresa. Em relação aos prazos de seus passivos, o indicador de Composição de Endividamento (ICE) revela que a DATAPREV os concentra em sua maior parte no curto prazo, mas em contrapartida dispõe de um Ativo Circulante muito superior.

Em relação à rentabilidade da empresa, observa-se que os níveis apresentados de Margem Líquida, Rentabilidade sobre o Ativo e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido durante a pandemia foram superiores ao período pré-crise. Além do aumento observado durante a pandemia da COVID-19, observa-se que após a pandemia a DATAPREV continuou melhorando esse índice. Essa situação revela que a empresa além de realizar um bom enfrentamento da crise, pode melhorar seu desempenho financeiro e operacional.

4.4.3 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

A ECT destacou-se negativamente em relação às demais empresas devido ao seu baixo desempenho em todo o horizonte de análise. Ao contrário das demais empresas, a ECT antes da pandemia já estava com resultados que indicavam uma empresa com problemas de estrutura de capital, de liquidez e de rentabilidade.

Em relação à estrutura de capital da ECT, destaca-se o fato que o Patrimônio Líquido da empresa é muito pequeno, sendo a empresa financiada em quase toda sua totalidade por recursos de terceiros. Ao contrário das demais empresas que apresentaram um equilíbrio entre Passivo Total e Patrimônio Líquido, a situação de desequilíbrio financeiro da ECT é destacada pelos baixos Indicadores de Liquidez

apresentados. A Liquidez Corrente e Liquidez Geral inferiores a 1 revelam um grande risco financeiro da empresa.

Embora os resultados dos indicadores de rentabilidade durante a pandemia tenham sido bons, não foi observada no período pós-pandemia uma continuidade desse desempenho. Essa situação pode mostrar que o resultado líquido apresentado durante a pandemia foi uma situação extraordinária, decorrente de vários fatores já mencionados, mas não fruto de resultados passados. Observa-se através dos indicadores uma piora generalizada nos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, confirmado o ponto anterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar o desempenho das empresas estatais não dependentes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos períodos pré, durante e pós pandemia, a partir da utilização do cálculo de Indicadores Econômico-Financeiros como instrumento de análise de desempenho. A escolha dos Indicadores Econômico-Financeiros buscou abranger três óticas de desempenho das empresas da amostra: Liquidez; Rentabilidade e Endividamento.

Com isso, observou-se que as empresas SERPRO e DATAPREV mantiveram seus bons resultados anteriores à pandemia frente a crise econômica provocada pela COVID-19. Tal fato, pode ser relacionado com a excelente saúde econômica dessas empresas, com níveis de controlados de endividamento e níveis de liquidez positivos. A situação confortável financeiramente destas empresas permitiu que fossem observadas um aumento de rentabilidade no período de recuperação da COVID-19. Destaca-se também que os altos volumes de aplicações financeiras foram extremamente importantes para manutenção do desempenho dessas empresas.

Porém, a ECT destoou do desempenho das demais empresas por apresentar resultados ruins de liquidez e endividamento anteriores à pandemia da COVID-19, podendo assim, inferir que a empresa já adentrou o período de crise com maior vulnerabilidade em relação ao seu desempenho. Os indicadores econômico-financeiros de liquidez inferiores a 1 em todos os períodos analisados demonstram que a empresa não tem boa saúde financeira. E em relação a sua estrutura de capital, observa-se nos dados coletados que a empresa opera com um nível muito alto de recursos de terceiros, situação muito diferente do SERPRO e DATAPREV.

Sendo assim, verificou-se na pesquisa que as empresas que já tinham bons resultados puderam manter, e em certos níveis, melhorar seu desempenho durante a pandemia. Para essas empresas, o período de pós-crise também se mostrou satisfatório por dar continuidade em seus resultados positivos. A ECT, sendo a única empresa que auferiu prejuízo no horizonte de tempo analisado e maus resultados de indicadores, transpareceu sua situação de vulnerabilidade no decorrer da análise dos indicadores.

A análise realizada também sugere que futuras pesquisas possam ser feitas em outros setores das empresas estatais, assim como verificar quais foram as ações concretas que as empresas tomaram para enfrentar a pandemia da COVID-19. Dada

relevância social das empresas estatais para a sociedade brasileira, as produções acadêmicas a respeito da realidade contábil dessas empresas são bastante escassas. Por tanto, a presente pesquisa buscou também abrir novas discussões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Kayo Ferreira de; SILVA, Danilo Pierrote. **A intervenção do estado no domínio econômico, visando o incentivo no setor privado**. São Paulo: Centro Universitário Eurípides de Marília, 2019.

ARBIX, Glauco. **Ineficiência no combate à pandemia no Brasil é evidenciada pela comunidade internacional**. Jornal da USP, São Paulo, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/ineficiencia-do-combate-a-pandemia-no-brasil-e-evidenciada-pela-comunidade-internacional/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20200%2C%20DE,Administrativa%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Boletim das empresas estatais federais**. Brasília: SEST, Vol. 20, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/boletins/boletim-das-empresas-estatais-federais>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus**. Brasília: SPE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm)**. Brasília: GESTÃO, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-combate-a-covid-19/acoes-2021-combate-a-covid-19/novo-beneficio-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-da-renda-bem#:~:text=Com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Medida,%C3%A2mbi>

to%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CNS pede que parlamentares revisem emenda constitucional que congelou recursos do SUS**. Brasília: CNS, 2021. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2159-cns-pede-que-parlamentares-revisem-emenda-constitucional-que-congelou-recursos-do-sus>. Acesso em: 26 jul. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Versão v2.0. SVS. DATA-SUS [internet]. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Guia de Orientações para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos**. Brasília: MDS, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadania-lanca-cartilha-de-orientacoes-sobre-auxilio-emergencial-voltada-para-grupos-populacionais-tradicionais-1/auxilio_gpte_vale.pdf/view. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Relatório de Acompanhamento Fiscal 2017**. Brasília: Instituição Fiscal Independente (IFI). 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535500/RAF11_DEZ_2017.pdf. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRUNI, Adriano L. **A Análise Contábil e Financeira**, (V. 4), 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522490332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490332/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CANUTO, Otaviano. **A economia após a pandemia**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, Maceió, v.13, n.30, p. 01-19, jul.-dez./2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/13886>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização**. Nota Técnica nº 189. São Paulo, 2018.

FERREIRA JUNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. **Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas**. Cadernos de Prospecção, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 459, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2.36183. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36183>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FOGAÇA, P. C.; AROSSI, G. A.; HIRDES, A. **Impact of social isolation caused by the COVID-19 pandemic on the mental health of the general population: An integrative review**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e52010414411, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14411. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14411>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GAMA NETO, R. B. **IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI:

10.5281/zenodo.3786698. Disponível em:
<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GOMES, Irene. **Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%**. Agência IBGE, São Paulo, 01 nov. 2022. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 22 jul. 2024.

GUEDES, Ana. **Desempenho econômico-financeiro das empresas de serviços médico-hospitalares listadas na B3 durante a pandemia do Covid-19**. 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:
https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20772?locale=pt_BR. Acesso em: 27 jul. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel PNAD Contínua – Rendimento Médio Bruto**. Disponível em:
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel PNAD Contínua – Taxa de desocupação**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais 2020**. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 22, jul. de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil pós-Covid-19: contribuições do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/129-coronavirus/publicacoes/8333-brasil-pos-covid-19>>. Acesso em: 22, jul de 2024

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**, 11ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597010879. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010879/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

KROTH, Darlan Christiano. **A ECONOMIA BRASILEIRA FRENTE A PANDEMIA DO COVID-19: ENTRE AS PRESCRIÇÕES E AS PROPOSTAS DO GOVERNO**. Texto Para Discussão Grupo de Pesquisa “Estado, Sociedade e Políticas Públicas”., Chapecó, v. 0, n. 0, p. 1-16, 22 jul. 2024. Disponível em:<
https://www.researchgate.net/publication/340634459_A_ECONOMIA_BRASILEIRA_FRENTE_A_PANDEMIA_DO_COVID-19_ENTRE_AS_PRESCRICOES_E_AS_PROPOSTAS_DO_GOVERNO>. Acesso em: 22, jul. 2024.

MARTINS, José Celso; SILVA, Roberto Crespo e. **Da intervenção do Estado na economia**. In: Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 8, n. 8, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/outputs/229056933/?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1> Acesso em: 25 jun. 2024.

NETO, Alexandre A. **Estrutura e Análise de Balanços**: Um Enfoque Econômico-financeiro. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775125. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775125/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NETO, Alexandre A. **Finanças Corporativas e Valor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597026184. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026184/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NETO, Alexandre A.; LIMA, Fabiano G. **Fundamentos de Administração Financeira**, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010145. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010145/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NIYAMA, Jorge K. **Teoria da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027792. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027792/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

ODEH, Muna Muhammad; ODEH-MOREIRA, Jamila. **A pandemia de Covid-19 no Brasil: consequências de um novo futuro para a sociedade brasileira**. In: SANTOS, Alethele de Oliveira; LOPES, Luciana Tolêdo (org.). Reflexões e futuro. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. p. 84-101. (Coleção Covid-19, v. 6). Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/volume-6-reflexoes-e-futuro/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PEREIRA, A. K.; OLIVEIRA, M. S.; SAMPAIO, T. da S. **Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico administrativos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 678–696, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/81880>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI. **As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor**. Pesquisa Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 241-288, ago. 1992.

PORSSE, Alexandre A. et al. **Impactos econômicos da COVID-19 no Brasil**. Nota Técnica NEDUR-UFPR, v. 1, p. 44, 2020. Disponível em: <<https://nedur.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/04/nota-tecnica-nedur-ufpr-01-2020-impactos-economicos-da-covid-19-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 22, jul. 2024.

SALOTTI, Bruno M.; LIMA, Gerlando A. S. F de; MURCIA, Fernando D.; et al. **Contabilidade Financeira**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022476. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022476/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SANTANA, Pablo. **Governo estuda manter IOF zerado para operações de crédito até o final do ano**. InfoMoney, São Paulo, 01, out. de 2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/governo-estuda-manter-iof-zerado-para-operacoes-de-credito-ate-o-final-do-ano/>>. Acesso em: 22, jul. 2024.

SCHIRATO, V. R. **Novas anotações sobre as empresas estatais**. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 239, p. 209–240, 2005. DOI:10.12660/rda.v239.2005.43868. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/43868>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, T. **Impacto da pandemia no desempenho dos indicadores econômico-financeiros de empresas do segmento alimentício e turístico listadas na B3**. 2021. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1803>>. Acesso em: 27, jul. 2024.

SOUZA, Pedro; HECKSHER, Marcos; OSORIO, Rafael. **Um País na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos**. Nota Técnica Ipea/Disoc nº 102. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11563>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TONIN, Mayara Gasparoto. **A lei 13.303 e a função social das empresas estatais**. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº 114, agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.justen.com.br/pdfs/IE114/IE114-MayaraT-funcao-social-estatais.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2024.